ANGOLA: O PASSADO VIVIDO E O PRESENTE EM PRESENÇA
(Hipótese para uma análise antropológica da crise em curso)**

Ruy Duarte de Carvalho*

RESUMO: Para o autor tanto a crise social como a construção da nação em Angola devem ser compreendidos nos processos em curso após a independência. As mudanças advindas daí teriam repercutido na prática social e modelação cultural, criando situações de crise a nível das relações e dos comportamentos. Também as intervenções ideológicas quanto as militares teriam contribuído para estas mudanças. Por isso, para o autor, o processo em curso que visa instaurar um sistema multipartidário de um modelo democrático, traz em si a marca de um passado recente.

UNITERMOS: Angola, conflito armado, antropologia da guerra.

É tanta a crise que nos aflige, e tão geral, tão vasta, que, em boa verdade, se queremos dotar qualquer tentativa de análise de uma validade operativa e adequada ao momento, a estratégia a desenvolver e os resultados a perseguir não poderão deixar de obrigar a uma tentativa séria para ultrapassar a prudência das generalizações seguras e fundamentadas, para além de fundamentais, e atacar deliberadamente os contornos específicos de uma crise bem à nossa medida e à nossa imagem. A necessidade maior, quanto a mim, será a de decompô-la nos termos objetivos que na realidade afectam a nossa experiência e as condições, as insuficiências, as ansiedades que nos colocam de uma forma particular perante o desafio do futuro imediato. Tarefa arriscada, para não dizer temerária, primeiro porque entre os próprios sinais da crise se pode situar a evidência de um insuficiente apetrechamento quanto a elementos precisos e fundamentados para poder avaliá-la com segurança e rigor – o que será, pelo menos em parte, o resultado da maneira como o exercício da análise não tem sido favorecido, viabilizado ou estimulado, isto é, como tem sido temido e obstruído até – segundo porque há o risco de, nesta tentativa, fazer apelo a factos e circunstâncias que na melhor das hipóteses podem chocar por demasiado crua na sua inélgavel evidência.

(*) Universidade Agostinho Neto, Angola.

(**) Comunicação apresentada ao "Workshop" Angola: A crise e o desafio democrático, realizado em Luanda pela Adra, Acção para o desenvolvimento rural e ambiente, de 24 a 26 de agosto de 1992.

Assinalar a crise, a nossa crise, não tem normalmente ido, entre nós, muito além da referência a alguns factos, apenas aqueles que mais imediata e estrategicamente servem a quem os enuncia, tendo sobretudo em conta que a sua menção tem sido quase exclusivamente produzida no âmbito de uma formulação política. Assim, para uns, e de há muito tempo a esta parte, tudo se projecta na guerra, nas razões que a têm determinado ou, para utilizar a linguagem adoptada, a têm "imposto", e nas sequelas que a ilustram. Para outros a crise é sobretudo o resultado, por exemplo, da aberração de uma economia planificada que jamais o foi, da frustração de uma proposta socialista que jamais soube sequer ensaiar-se e não passou, globalmente, de uma caricatura desconcertante. Creio não ser preciso alongar-me muito nem argumentar com muita veemência para que se reconheça que uma enunciação nestes termos serve apenas a quem serve, e não teria sequer a necessidade de referi-la se ela não fosse, uma vez mais e ainda, um dos sinais da própria crise, a qual comporta a prática ou o vício de arredar dos problemas aquelas componentes que lhes conferem a sua plena complexidade, quer dizer, dificuldade. A política também se faz – ou faz-se principalmente? – de ocultações, e o esforço que se nos pede nesta altura será o de tentar esclarecer e refletir para poder entender e agir, e agir neste momento preciso, perante a iminência de nos confrontarmos, a curto prazo, com conclusões ou opções, credíveis ou não, que vão aparecer legitimadas como expressões de uma vontade colectiva e global. É esta talvez, em suma, a dimensão mais imediatamente prática de um pressuposto desafio democrático. E isso me leva a ter prioritariamente em conta que a democracia, se queremos que entre nós ela revele algumas das suas qualidades, há de necessariamente ser entendida como uma prática social, e não apenas uma idéia destinada, à semelhança de tantas outras, a constituir-se como mais um instrumento de dominação, uma modalidade de poder, um discurso mais vocacionado para defender os privilégios do locutor do que os direitos do interlocutor. É nesta perspectiva que me parece urgente e indispensável orientar todo o esforço no sentido de ir tanto quanto possível além das formulações redutoras que a prática política impõe e que temos boas razões para temer que venham cada vez mais a revelar-se um jogo aceso de denúncias que, quanto a esclarecimento, apenas comportam o mérito de veicular algumas amargas verdades, escassas embora chocantes.

É assim que, para avaliar o peso e a dimensão da crise social que nos assiste, me parece indispensável ter como condição prévia em conta a introdução de elementos que excedem de longe a incidência de guerra e do regime anterior como exclusivos dinamizadores da mesma. Não posso negar nem subvalorizar, evidentemente, a sua importância. Mas também não posso deixar de considerar de que forma a nossa crise se inscreve em quadros de crise muito mais vastos e que afectam comunidades muito mais amplas do que a nossa, à escala do próprio continente, do hemisfério que é o nosso e até do próprio globo. Também não é o

caso para me perder em generalidades por demais tratadas já, e bem, segundo as várias correntes que têm marcado a análise social, e política, e económica, desta segunda metade do século. Para o que me parece importante referir agora, bastará olhar à volta e constatar de que modo outras formações nacionais mais ou menos vizinhas estão em situações genericamente muito semelhantes à nossa sem que as suas causas imediatas tenham sido a guerra ou o exercício de um regime pretensamente marxista ou marxizante. A minha proposta seria, assim, ter também em conta as condições que, para além destas, mas sem as excluir, tivessem igualmente actuado na determinação do tecido social, em profunda crise, que é hoje o nosso. Será esta talvez uma das vias possíveis para conferir um mínimo de vigor à avaliação necessária. Não se trata também de fornecer resultados, conclusões, pontos de vista formados, demonstrados. O trabalho não está feito, até porque nunca vigoravam condições para fazê-lo, e mais não posso do que propôr um guião de análise cujo tratamento e desenvolvimento possa ser inaugurado a partir daqui.

Tanto a crise social como a construção da nação são, evidentemente, a expressão de processos em curso. Quando no título desta proposta refiro um passado vivido, estou, por estratégia, e porque é necessário partir de alguma marca, a considerar o tempo decorrido após a independência e a considerar um processo que possa ser entendido a partir daí. É esta a minha proposta porque o próprio advento da independência haveria, em qualquer circunstância, com guerra ou sem ela, de instaurar uma situação de crise. O acesso à independência não poderia deixar de introduzir perturbações, desarticulações e intervenções nas esferas dos tecidos institucional, político e económico, pelo menos, e isso teria que se repercutir necessariamente na prática social e na modelação cultural, criando situações de crise a nível das relações e dos comportamentos. Foi para isso que as independências foram feitas, reivindicadas, conquistadas ou assumidas, e é a crise daí decorrente que muitas vezes prevalece por mais tempo, mesmo quando se ultrapassam ou nunca se viveram situações de explícita violência física ou de conflito armado. E se é verdade que a constatação empírica revela um pouco por toda a parte o hesitante resultado de uma alteração séria da ordem colonial, no que respeita a uma nova ordem de acesso a benefícios, que pendem mais para o lado das elites dirigentes que substituíram o poder anterior do que para o dos estratos "mais desfavorecidos" em nome dos quais os poderes foram substituídos, isso constitui também o testemunho de que se passou de uma crise para outra e em que a segunda, nalguns casos, não se revelou senão o prolongamento e o ajustamento dos sinais que uma larga medida definiam já a primeira. No nosso caso, uma análise orientada nesse sentido terá nomeadamente de levar em conta que, junto de certas populações, sobretudo as mais remotamente articuladas ao poder central, a crise institucional se traduziu por uma dissolução abrupta das instâncias, até então prevalecentes, as coloniais. Boas ou más, constituíam um elemento sobre o qual se estruturavam muitas das relações que urdiam o quotidiano da práti-

ca social e das estratégias pessoais e de grupo que asseguravam a sobrevivência. Ao que se seguiu, podemos dizer que na generalidade, uma confusa procura de alternativas que antes de se sedimentarem em fórmulas, boas ou más, minimamente estáveis, e funcionais, deu oportunidades a toda a sorte de improvisações, criando mesmo aos poderes ditos tradicionais a ilusão de que lhes estava reservado algum papel reconhecido e legal, hipótese que cedo se viria a desvanecer, quando foi ultrapassado o "vazio" que lhes dera oportunidades e tiveram que ceder o seu precário lugar ao poder dos "comités", como passou a ser conhecido no mundo rural, e das associações, e das organizações de massa, etc., que caracterizaram o regime e que nalguns casos não preencheram vazios nenhuns, apenas o institucionalizaram, e nós bem sabemos como o vazio institucional ainda está em expansão e envolvendo mesmo estruturas tipicamente urbanas. Do ponto de vista das articulações sociais, uma vertiginosa e circunstancial mobilidade viria imediatamente a ter lugar e não interessa aqui e agora ensaiar julgamentos sobre as linhas de força que o processo viria a revelar. Interessa considerá-lo como uma resultante política e como um dado social dinamizador, em si mesmo, de consequências previsíveis, de carácter imediato ou continuado, vector de perturbações que se por um lado anulavam os termos da reprodução do sistema anterior, abriam simultaneamente a via à produção e à reprodução de um novo quadro de relação de forças que cedo se denunciaria nem sempre interessante para todos os agentes sociais, ou mesmo para a grande maioria destes, sem dúvida porque investido de uma carga e de uma manifestação prática que em nada coincidiavam com o sinal do discurso que o sustentava e justificava. Não se trata aqui de proceder a julgamentos. Constatar e inventariar os termos e as desarticulações e articulações que ilustraram o processo entre nós é, naturalmente, trabalho que tem de ser feito para melhor entender a situação de agora.

No que diz respeito à questão económica, e encarado o problema segundo uma perspectiva antropológica, ou sociológica, eu não queria ir além da reafirmação de que a economia é, sobretudo, e esta é uma noção que parece andar arredada da perspectiva dos nossos economistas, um campo de relações sociais, o terreno mais palpável e evidente das relações fundamentais da troca, da reciprocidade e da complementação ou confronto de interesses, aspectos privilegiados da estruturação dos comportamentos sociais. A desarticulação evidente e lapidar que resultou dos termos em que se processou a nossa independência – toda a malha comercial e de economia monetária se viu seriamente afectada com o abandono em massa por parte dos Portugueses – associada às medidas de substituição dos circuitos, dos mecanismos e dos aparelhos, das filosofias de permuta e dos modelos ensaiados, ao que haveria de acrescentar-se uma boa dose de improvisação teórica a prática, conduziu a uma situação de absoluta inviabilidade que acabaria por obrigar, não sem grandes hesitações e às vezes à custa de um preço, tanto económico como social, muito elevado, a uma condenação irrevogável do sistema, dos modelos e das improvisações adoptados, com as consequências que teve

para o próprio sistema político e para o Estado. Mas o fenómeno conduziu sobretudo a uma gritante inviabilidade social que fez do nosso quotidiano, à escala nacional, um penoso exercício de sobrevivência, um holocausto de energias que nos transformou a todos em comerciantes e que terá sido responsável pela introdução nos nossos códigos de não poucas legitimidades dificilmente sustentáveis do ponto de vista ético.

Não é minha intenção insistir numa visão catastrófica da nossa sociedade. Por isso me parece oportuno adiantar desde já que é precisamente no âmbito das relações económicas ou das que se articulam com base nelas, que me parece mais imediatamente viável apurar duas constatações que fundamentam a minha posição teórica relativamente à questão das identidades colectivas, à construção da nação, portanto. Neste campo, talvez mais do que em qualquer outro, revelou o nosso povo, a nossa substância social, uma espantosa e adequada capacidade de urdir as suas próprias respostas, de dar expressão àquilo a que poderíamos chamar o talento da criatividade popular. Inventou, adaptou ou pôs em exercício os dispositivos, os mecanismos, as estratégias e as alternativas capazes de viabilizar o universo das trocas perante a inviabilidade oficialmente instaurada. Estou, evidentemente, a falar do lugar que entre nós assumiu e assume a economia paralela e, simultaneamente, a ilustrar a posição que é a minha e segundo a qual uma identidade colectiva é sobretudo uma capacidade de resposta ao presente, mais do que uma prática de culto em relação a passados mais ou menos ajustados à satisfação de orgulhos e justificações culturais nacionais ou nacionalistas. Todos temos vivido do paralelo e todos temos participado nele, tanto como consumidores como fornecedores. O Estado sempre teve capacidade para importar. O mesmo não se pode dizer quanto a uma equivalente capacidade para distribuir, e isso desde o princípio. Estamos todos ainda lembrados da insustentabilidade de projectos delirantes como o da Empa, no seu tempo. Foi a iniciativa popular que acabou por assumir plenamente a função da distribuição, envolvendo nela todos os estratos sociais e até mesmo, à revelia mas muito logicamente, os sectores que o próprio Estado foi, como recurso, progressivamente privilegiando com facilidades de acesso a bens de consumo. Esses próprios agentes se viram envolvidos no processo e passaram, uns mais consciente ou deliberadamente que outros, a funcionar, por força da dinâmica social, como um dos primeiros escalões, através da candonga generalizada, da redistribuição que a sobrevivência nacional exigia e o sistema, a guerra e os atropelos éticos, dificultavam ou impediam pelas vias normais, quero dizer, oficiais. São aspectos que eu estou a referir não porque me sinta investido de qualquer missão desmistificadora mas porque tudo isto se insere na avaliação das relações e dos comportamentos, dentro portanto dos domínios e dos limites do meu ofício.

A minha proposta de análise teria necessariamente que ir além. Não poderia deixar de ter em conta o efeito das intervenções ideológicas na prática so-

cial e muito haverá certamente a referir sobre operações de produção da memória ou da legitimação, instauração ou exclusiva viabilização de idéias e de ideais sem margens para questionamentos ou dúvidas. Teria também que me deter longa e diligentemente no terreno das intervenções militares, não só seus efeitos sobre as despesas, as infraestruturas, a produção, a própria distribuição, a mobilização da juventude e não só, as mortes e as estropeações, a imobilização ou deslocamento de grupos inteiros, o problema dos desmobilizados, tudo aquilo que faz da guerra o cancro insidioso que em toda a circunstância ela é. Mas também, para tentar ser exacto e honesto, não ignorar a dimensão da outra nocividade que ela assume enquanto alibi, justificação e cobertura a operações que lhe complementam o horror. E também, já que falamos de guerra, referir as outras guerras, as que se processam no estrito campo da sociabilidade, as guerras entre agentes sociais, ou grupos, pela conquista de um lugar conveniente no até agora todo poderoso império do privilégio.

E daí, finalmente e depois de abordar aspectos que nem sequer allorei, passar então para o capítulo a que chamaria "o presente em presença", a avaliação da crise como ela se dá agora a ler, da crise de agora perante o tal desafio que está em curso e que, a partir daqui, para poder ser sustido e sustentada a hipótese democrática, há-de exigir de nós o esforço e o exercício de uma lucidez constante.

Sobrecarga urbana, que embora sendo um fenómeno tornado crónico em todo o terceiro mundo há-de revelar entre nós aspectos específicos que nos ajudem a conhecermo-nos melhor, e dificuldades que nalguns casos atingiram praticamente o estágio da inviabilidade absoluta do mundo rural, são quadros de um presente em presença imediatamente tributários do passado vivido a que temos vindo a fazer tão apressada referência. As estruturas da produção doméstica e da sua articulação ao sistema geral de trocas foram por vezes atingidas em pleno e tornada extremamente precária a própria reprodução de algumas sociedades, impondo alternativas de diversificação de que o afluxo às cidades, nem sempre para fugir directamente à guerra, como é quase sempre referido, mas para poder beneficiar-se de um acesso a bens essenciais de consumo e poder participar nos esquemas sempre mais ou menos rentáveis da sua distribuição, são um testemunho evidente do desequilíbrio estrutural em presença.

Junte-se a isto um novo processo de perturbações institucionais, políticas, sociais, económicas e ideológicas em pleno curso e na sequência das viragens de cabo por parte do governo, dos acordos de paz e da disputa multipartidária de que experimentamos ainda as primeiras exaltações e, nalguns casos, já, as primeiras inquietações, e eis-nos perante o quadro das condições que nos assistem perante o tal "desafio democrático". Só a posse de elementos disponibilizados a partir de um estudo detalhado do tipo do programa que acabo de insinuar nos dotaria, estou em crer, de uma capacidade mínima para arriscar uma

análise imediata que decifrasse os termos convenientes de um confronto entre a nossa sociedade e a proposta política que agora lhe é aplicada. De que forma se pode definir, e ela própria se reconhece, como uma entidade colectiva perante o problema, em que condições se encontra perante a necessidade, a imperiosidade, de produzir uma resposta e, também, quais as possibilidades e garantias de não vir uma vez mais a achar-se envolvida num processo político apenas porque lhe sofre os efeitos e as consequências?

O processo que entre nós está em curso e visa a instauração de um sistema multipartidário, de um modelo democrático, traz já a marca da nossa especificidade. Os efeitos sociais mais evidentes do desenvolvimento do nosso passado recente não podem deixar de fazer-se sentir na feição que esse mesmo processo tende a assumir desde já. Ora, esse passado recente, ainda e sempre a partir do ponto de vista da sua incidência nas relações e nos comportamentos, factores de cultura, portanto, terá tido como consequência maior, evidente e palpável, uma mudança dos modelos de influência, dependência, reciprocidade, estratificação e mobilidade sociais, solidariedade e identificação grupal ou colectiva que não queiramos introduzir julgamentos morais na nossa análise, parece-me impossível não reconhecer que a prática subverteu largamente a maior parte dos argumentos programáticos do regime que nos governou. Perante, por exemplo, um discurso ideológico que exaltava os perigos do livre curso de uma actuação orientada para a satisfação dos interesses pessoais, foram estes que, efectivamente, e a todos os níveis, vieram a impôr, com violência, atropelo, ansiedade e tantas vezes fraude e traição, uma prática quotidiana que a todos envolveu no mesmo clima. Como aconteceu em toda a parte do mundo em que as condições estruturais, do passado e do presente, se assemelhavam às nossas, e para isso não foi tão importante assim que o regime se pretendesse marxista, liberal ou mesmo explicitamente parlamentar, o que o Estado produziu sobretudo foi uma dinâmica capaz de garantir a sua própria reprodução, resultando daí a emergência de uma classe politico-burocrática particularmente apta a recuperar e a adaptar sistemas de dependência e de clientela familiar, de parentesco, étnica ou regional, factores de identificação susceptíveis de servir toda a ordem de interesses, confessáveis ou não, e que, por via da sua própria natureza cultural, foi investida em processos capazes de garantir o acesso a estatutos, nomeadamente económicos e sociais, inalcançáveis por outras vias. Trata-se de matéria que essa mesma classe se tem revelado por toda a parte, superlativamente eficiente, tenaz, exclusivista e ciosa do seu próprio poder, do seu estatuto de privilégio por vezes tão duramente, em termos de abdicação de princípios e de personalidade, conquistado. Também isso, pois, e como não podia deixar de ser, resultou espectacularmente entre nós, e subsiste, e joga um papel importante na cena actual. Tanto a classe política em presença – e de todas as partes, porque é de crer que no seio da oposição armada ou outras se tenham desenvolvido processos equivalentes – como até junto de largos sectores da chamada sociedade civil – considerem-se para o caso certos contingentes da classe

empresarial emergente que saem directa ou indirectamente do aparelho político-burocrático e que hoje pretendem refazer-se noutra forma – são numa larga medida extensões ou projecções da configuração revelada. Se a distanciação entre o poder e as populações foi um facto a ponto de nalguns casos ser apenas possível reconhecer uma relação de autoridade, parece-me legítimo não ocultar a apreensão que naturalmente há-de subsistir neste domínio relativamente ao futuro, com democracia ou sem ela. Neste preciso momento, já, e se não perdermos de vista que a democracia se fundamenta na representatividade e na participação, a divulgação das listas dos candidatos às eleições legislativas é de molde a fundamentar razoáveis apreensões. São sinais da crise que remetem inexoravelmente ao pivot de todas as crises políticas, e por extensão sociais, e culturais, e de identidade nacional: a própria crise do Estado, o Estado passado, presente e futuro. Do outro lado, evidentemente, essa entidade que é ao mesmo tempo uma abstracção política, um substantivo mais que todos banalizado em linguagem política e esvaziado da sua substância pré-linguística, conteúdo de difícil apreensão – o povo – sobretudo quando o Estado age, porque não estimula, garante, solicita ou aproveita o conhecimento que a tal poderia dar acesso, o Estado actua como se afinal, e ao contrário do que seria razoável esperar dele, temesse defrontar-se com a dificuldade de ter que o considerar investido de toda a complexidade que em boa verdade é o que lhe confere a capacidade, a potencialidade, a riqueza e a grandeza de que o Estado na realidade vive.

É por isso que a construção da nação enquanto fenómeno cultural, social, a formação da consciência nacional, a questão da identificação entre sujeitos afectos às mesmas condições, implicados nos mesmos processos, afectados nos mesmos interesses comuns e projectados relativamente às mesmas hipóteses de viabilidade vital, afirmação e reprodução, são questões que não me parecem em si mesmas, e referidas à escala nacional, imediatamente postas em causa, na sua globalidade, pela crise social que vivemos. Ou a crise é de tal ordem e de tal natureza que anula o próprio grupo – é o que de alguma forma está a acontecer na Somália e entre nós pode acontecer, por exemplo, aos chamados Bosquimanos – ou a própria crise, mesmo nos seus aspectos negativos, incluindo a guerra, pode, menos paradoxalmente do que se poderia esperar, fomentar e consolidar a consciência colectiva na exacta medida em que várias populações, e mesmo várias formações actuando como adversários na prática, se vêm envolvidas numa experiência comum porque referida a elementos comuns tanto em relação às dinâmicas internas como às externas, incluindo as várias componentes de arbítrio e de arbitragem, de pressão e de dependência económica, política e cultural a que estamos inapelavelmente sujeitos. A questão, quanto a mim, para ser convenientemente exposta, implica a adopção da coragem cívica, que nos há-de permitir reconhecer que não é tanto, talvez, a construção da nação, nos termos atrás definidos e em si mesma, que está sobretudo ameaçada, mas antes, mais objectivamente, o carácter da nação que nós quereríamos ver edificada e consolidada. E a

coragem política para não perder de vista, e sobretudo não tentar evacuar do problema, a diversidade cultural, ou social, ou étnica, para chamar as coisas pelas suas designações mais operatoricamente apreensíveis e equacionáveis, de que faz a nossa realidade, sem ignorar que essa diversidade comporta minorias, refugiados, deslocados, movimentos migratórios e expansões demográficas e que essa tal compartimentação étnica, sendo todavia uma expressão da nossa riqueza e da nossa viabilidade, é passível de manipulações, as quais, muitas vezes, são até conscientemente aceites por indivíduos e por grupos enquanto estratégia, pura e simples, de sobrevivência. Coragem intelectual para que seja possível admitir que entre as tarefas que se põem à nação em formação não pode deixar de constar uma recuperação da auto-estima e do auto-respeito, sem temer que considerações perigosas deste tipo venham a ofender uma esquerda frustrada e desmentida que vê fantasmas de direita por toda a parte, ou então vice-versa. Coragem total, por fim, para persistir numa noção de realidade global que tenham em conta todos os actores, individuais ou colectivos, envolvidos no processo da nossa crise, e que confira o lugar que lhe cabe a essa enorme margem da nossa sociedade, demograficamente maioritária mas drasticamente minoritária em termos de representatividade e de intervenção, distante ou próxima geograficamente – vai dos musseques aos contrafortes do Yona, por exemplo – mas sempre estruturalmente tão distante dos círculos de decisão e, tantas vezes, imoladas a um quotidiano que não é de gente. Para essas populações, chego a temer, a questão não é tanto saber quem vai mandar, é saber como se vai ser mandado.

Este o panorama, sucinto e possível de uma crise social que exige estudo mais do que diagnósticos apressados e levianos e que, por isso, para que possa ser convenientemente medida, aferida, avaliada e gerida, exige também que se reformule a relação entre o saber e o poder, e que a cada um seja dada a plena oportunidade de se revelar útil, activo e agressivo até, no bom sentido e no domínio exacto dos seus recursos de capacidade e de produtividade. Nem todos poderemos ser políticos ou comerciantes, quer dizer, gestores, distribuidores ou retalhistas da renda do petróleo.

A não ser que... Mas aqui eu prosseguiria no inventário sócio-cultural da crise e parece-me já ter dito o suficiente para comprovar que, como disse ao princípio, a crise é tanta, e tão geral... O que pode ocorrer-me, para terminar esta proposta, é alterar-lhe o título e fazê-lo na interrogativa: DE QUANTAS E QUAIS CRISES SE FAZ ESTA NAÇÃO?

ABSTRACT: For the author, the social crises and the process of construction of the Angolan nation must be understood taking in account the proceedings of post-independence. The changes it provoked repercutated both in the practice and social patterns, giving chance to the appearance of crises not only on the behaviour but also on the relationship of people. The ideological and the military interventions also contribute to this situation. So, for the author, the process in movement to settle a multiparty system of a democratic model, brings by its own the mark of a recent past.